

ATA N.º 47: Grupo de Trabalho sobre Aquacultura

15 de setembro 2022

 Hemiciclo do Conselho Departamental de Maiote

(rue de l' hôpital, n°8, 97600 Mamoudzou, Ilha de Maiote)

Duração: 2h | 16h – 18h

Introdução. Natureza da reunião

O Grupo de Trabalho sobre Aquacultura, do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) reuniu-se presencialmente no Hemiciclo do Conselho Departamental de Maiote, às dezasseis horas (hora local de Maiote), do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e dois.

Deu-se as boas-vindas a todos os presentes (ver lista de participantes) e informou-se que a reunião seria gravada para efeitos de elaboração de ata.

Sessão de boas-vindas do Presidente do Grupo de Trabalho

O Sr. François Herman (*Syndicat des Producteurs Aquacoles* de Guadeloupe e Presidente do Grupo de Trabalho) começou por mencionar os pontos da agenda da reunião e deu início à mesma pela aprovação da mesma. A agenda foi aprovada por consenso.

Informações administrativas

A Secretária-Geral informou que a ata da última reunião do grupo de trabalho de aquacultura, realizada no dia quinze de março de dois mil e vinte e dois, tinha sido aprovada por escrito e por consenso no dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e dois.

1. Comissão Europeia – «Novas orientações estratégicas da Comissão Europeia e oportunidades para a aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas»

Abordando o ponto dois da agenda, relativamente ao solicitado à Comissão Europeia para informar sobre as novas orientações estratégicas para a aquicultura nas RUPs distribui-se informação escrita remetida pela CE onde referem que o FEAMPA se destina a melhorar o desempenho ambiental do setor da aquicultura e que o apoio deste fundo deve ser coerente com os planos estratégicos nacionais plurianuais para a aquicultura, elaborados com base no

regulamento 1380/2013 da União Europeia. Referem ainda que os objetivos de desempenho ambiental estão identificados nos programas emblemáticos da União, como na estratégia “*Do Prado ao Prato*” que estabelece, metas específicas para a aquacultura incluindo a venda de agentes microbianos e um aumento significativo da aquacultura biológica, indo de encontro ao Pacto Ecológico Europeu que visa alcançar a neutralidade carbónica à escala da União Europeia até dois mil e cinquenta.

O Sr. François Herman indicou que a informação providenciada pela Comissão Europeia era muito generalista e muito direcionada para os apoios até então existentes. Referiu que problema principal nas RUPs francesas se prendia ao facto de este ser um setor embrionário, tal como nos Açores, ou mesmo inexistente, em alguns casos. Salientou a falta de ajuda financeira para os empresários aquicultores, por parte das instituições bancárias, e que sem acesso a esse apoio, não podem era possível aceder aos apoios do FEAMPA, ou seja, por não terem fundos próprios elevados. Continuou referindo a necessidade de haver pessoal técnico nos investimentos aquícolas, para acompanhar quem queira iniciar um novo projeto e introduzir novas tecnologias e novos métodos de financiamento. O FEAMPA não permite suportar o financiamento de estruturas para desenvolver a aquacultura, o que é fundamental para poder desenvolver a aquicultura na RUP’s. O Presidente do Grupo de Trabalho mencionou achar pertinente um estudo pormenorizado da Comissão Europeia sobre a administração e gestão do FEAMPA, pois em algumas regiões existe um atraso de cinco anos na avaliação dos projetos e da atribuição dos apoios financeiros. A União Europeia deveria fiscalizar, mas argumentam não ser da sua responsabilidade. Referiu ainda como fator importante, o facto de a aquacultura das RUPS não dever ser tratada da mesma forma que a aquacultura europeia. Seria necessária uma linha de financiamento específica - nomeadamente para permitir o financiamento de estruturas de desenvolvimento e incubadoras - e uma vontade política forte para o seu desenvolvimento. Concluiu que as necessidades da aquacultura sustentável das RUPs não estavam a ser tidas em conta.

O Sr. Charif Abdallah (*Chambre de l’ Agriculture, de la Pêche et de l’ Aquaculture de Mayotte - CAPAM*) concordou e salientou que entre dois mil e dois mil e treze, Maiote exportava peixe de aquacultura e que, em dois mil e catorze, quando passaram a RUP (e por causa das exigências europeias), tudo isto desapareceu, apesar de terem as melhores condições para o desenvolvimento da aquacultura. Por fim, informou que um dos motivos de solicitar que se

deslocassem às RUPs, nomeadamente a Mayotte, era para verificarem a sua realidade e mudarem de opinião.

O Sr. François Herman referiu que em Maiote houve uma associação denominada “*Aquamay*”, com ajudas públicas, (nessa altura Maiote não era RUP mas sim um território do ultramar) e obtinham financiamento por parte do ministério da agricultura/pescas e de outras instituições¹. Considerou importante referir que havia dois fatores importantes na aquacultura, o facto da alimentação dos peixes de aquacultura ser importada e os alevins precisarem de uma incubadora, ou seja, estruturas. Esclareceu que os custos de funcionamento de um incubatório são quase exclusivamente custos fixos. A rentabilidade de um incubatório nas RUP é impossível de alcançar, dados os baixos volumes de alevinos a serem produzidos. Lembrou que a importação de alevinos da Europa continental ou de outras regiões do mundo é tecnicamente inviável nas RUP francesas devido ao seu afastamento. Se os incubatórios não forem apoiados, não haverá desenvolvimento possível. Existe, portanto, uma contradição fundamental ao encorajar o desenvolvimento da aquacultura nas RUP e ao mesmo tempo proibir o apoio público aos centros de incubação locais. A Comissão Europeia parece ignorar esta evidência.

A Sra. Anaïs Mourtada (*Comité Nacional de Pêches Maritimes et Élevages Marins - CNPMM*) perguntou se seria possível importar os alevins para iniciar o setor das RUPs.

O Sr. François Herman disse que sim, mas com limites técnicos, pois estes têm de chegar vivos. Serem transportados em água durante a viagem de avião, é um fator crucial, pois quanto mais longe os alevins tiverem de viajar, maior será a qualidade e o peso da água a transportar e o custo do transporte torna-se rapidamente inviável.

A Sra. Anaïs Mourtada sugeriu um sistema mutualista entre Maiote e a Reunião para terem as mesmas espécies.

O Sr. François Herman concordou, mas referiu que desta forma não terão níveis de produção suficientes para ter alevinos a preços competitivos.

¹ Após revisão da ata, o Sr. François Herman clarificou: Mayotte foi capaz de desenvolver a aquicultura marinha graças à existência de uma estrutura de desenvolvimento, «*Aquamay*», que tinha sido capaz de obter o apoio das autoridades públicas para levar a cabo as suas acções, particularmente em termos de produção de alevins. O sector aquícola de Maiote era o maior das regiões ultraperiféricas francesas em termos de tonelagem. Com a departamentalização e a entrada em vigor da FEP, a associação teve de cessar as suas actividades, o que resultou no encerramento de todo o sector e de todas as empresas

2. Syndicat des Producteurs Aquacoles de Guadeloupe (SYPAGUA) – Sr. François Herman: «Relações entre as organizações com interesse na aquicultura, nas Regiões Ultraperiféricas»

O Sr. François Herman começou por informar que a sua apresentação foi realizada em conjunto com a Sra. Gercendes Courtois (*Ecoaqu*) e o Sr. Carlos Andrade (*Agência Regional de Investigación, Tecnología e Innovación - ARDITI*). Referiu que o setor das pescas é um setor económico importante para a economia azul, mas onde a aquicultura tem pouco relevo, mas por outro lado, um grande potencial de desenvolvimento, pois têm espécies marítimas disponíveis e têm uma boa qualidade da água, uma vez que o aquicultor não pode trabalhar em águas poluídas, ou seja, não tem qualquer interesse em poluir o meio no qual vai trabalhar salientando que os próprios são defensores da qualidade da água. Acrescentou que nas RUPs existem bons perfis térmicos, que garantem uma vantagem competitiva, pois como os peixes são animais de sangue-frio, o seu crescimento estava dependente da temperatura da água. A aquicultura está centrada em algumas espécies marinhas como a dourada (*Spaurus aurata*) na Macaronésia. Alguma produção aquícola em água-doce como a produção de truta (na Ilha da Reunião a truta (*Salmo trutta*). Comentou que havia produção de Corvinão-de-pintas (*Sciaenops ocellatus*) e uma pequena produção de camarão nas Antilhas e que, em cada território, havia a presença de alguns produtores de algas, nomeadamente a *spirulina*. O desenvolvimento da aquicultura nas RUPs é muito variável, sendo as Canárias e a Madeira uma exceção. Em quinze anos as Canárias tornaram-se a segunda região de produção em Espanha e a Madeira a primeira região para produção da dourada. Quanto aos Açores, o setor ainda está em desenvolvimento. A produção aquícola na Guadalupe, Martinica e Reunião está abaixo de cem toneladas por ano. Na Maiote, não existe aquicultura, embora haja um bom potencial para o seu desenvolvimento. Relativamente ao desenvolvimento da aquicultura nas RUPs, comentou que existe uma grande biodiversidade, recursos marinhos frágeis, desenvolvimento económico que assenta no turismo (principalmente nas Canárias). Referiu que a agricultura das RUPs normalmente centrava-se numa única produção e que existe uma forte concorrência em termos de acesso a espaços/terrenos para novas atividades de aquicultura. O contexto insular é, igualmente, um ponto comum entre as RUPs.

O Sr. François Herman continuou a sua apresentação referindo que, tendo em conta as dificuldades do setor aquícola, existe uma regulamentação mal-adaptada ao contexto das RUPs,

o conceito de precaução é privilegiado e as licenças são muito demoradas (podendo levar até dez anos). A legislação francesa para instalações classificadas, em termos ambientais, produzindo menos de vinte toneladas por ano, deve submeter uma declaração que permita obter a concessão e as autorizações de produção. Esta abordagem não é demasiado restritiva. Por outro lado, a partir de vinte toneladas o regime altera e a empresa está sujeita a um regime de autorização muito mais complexo e dispendioso. Esta legislação é dogmática e foi estabelecida há mais de trinta anos, não tem em conta as espécies nem os meios em que são inseridas as instalações. A perceção do público normalmente era negativa, pois a aquacultura era considerada uma atividade poluente e o pescado é considerado de qualidade inferior - o que não acontece nas RUPs - onde trabalham com águas de boa qualidade e de acordo com as boas práticas. Quanto aos custos adicionais de produção, esclareceu que era mais dispendioso produzir nas RUPs do que nas metrópoles, inclusive os alevins são mais caros. Prosseguiu apontando a falta de estruturação e acompanhamento do setor, a baixa formação profissional e o pouco acompanhamento técnico dos produtores. Globalmente, considerou que não existe muita troca de informação entre as fileiras do setor aquícola das RUPs. Comentou que os objetivos da aquacultura das diferentes RUPs eram comuns, nomeadamente desenvolver e diversificar a economia local, reduzir a dependência alimentar. Um dos grandes obstáculos do setor estava relacionado com o desemprego e a dependência de importações. Informou que as importações de pescado na Martinica eram superiores a oitenta por cento e que em Maiote importavam atum do Vietname para o consumo local. Comentou a importância de haver uma sinergia entre as diversas fileiras da aquacultura e que as RUPs deveriam ser laboratórios para a aquacultura sustentável, até porque em algumas RUPs a aquacultura estaria a começar do zero, o que permitiria observar quais os impactos no meio que a aquacultura pode provocar e, eventualmente, notar alterações que sejam necessárias realizar para melhorar o setor. Incitou ao compromisso para com a produção sustentável e com pouco impacto no meio e à criação de estruturas adaptadas ao contexto das RUPs (por exemplo, ao contrário das condições no Mediterrâneo, ocorrem vários ciclones nas Antilhas). Referiu que pretende-se haver uma maior competitividade no setor, devendo valorizar-se a origem dos produtos, por exemplo. Considerou que dever-se-ia fazer um balanço da pegada de carbono dos produtos, em termos de concorrência com a importação. Relativamente ao encorajamento à pesquisa nas RUPs, comentou que existem contextos ambientais diferentes, inclusive regiões subtropicais e tropicais cujos riscos climáticos são

elevados, com meios sensíveis a alterações ambientais. Referiu que mundialmente a tendência era produzir espécies introduzidas, contudo deveria ser ao contrário e produzir apenas espécies nativas (para controlar a distribuição de uma espécie não nativa, seriam necessários cerca de dez a quinze anos). Mencionou que existe um claro afastamento geográfico das RUPs à União Europeia, o que origina um custo adicional na produção (aquisição de equipamento, matérias-primas, alevins, etc). No entanto, dever-se-ia refletir sobre soluções locais e ter outros indicadores para além da rentabilidade económica. Os objetivos comuns eram encorajar uma investigação que corresponda às necessidades das RUPs, desenvolver uma aquacultura sustentável ao longo do tempo, diversificar as economias locais de acordo com os princípios da economia circular e aumentar a participação das RUP's no crescimento europeu e no desenvolvimento da aquacultura europeias.

O Sr. François Herman que relativamente à investigação na aquacultura nas RUPs, constata-se que se estudam estes temas na Universidade das Canárias, no Centro de Maricultura da Calheta, na Madeira e que nos Açores existe um programa com o auxílio da universidade. Nas Antilhas existe a estação IFREMER na Martinica. Em Maiote, Reunião e Guiana não existe qualquer tipo de investigação da aquacultura. Na Universidade das Canárias existe um dos centros mais impressionantes a nível internacional, que conta com instalações marinhas em terra, incubadoras, tanques de crescimento - também para as algas -, um laboratório de análises químicas e histológicas e com mais de cinquenta pessoas a trabalhar sobre estes temas. O programa de ação de 2022 da Universidade incluiu dezanove projetos europeus, nacionais e internacionais, desde a produção de peixe a um trabalho mais especializado de nutrição e genética. Na Madeira, o centro de investigação da Calheta tem um centro de investigação, uma incubadora experimental, um pequeno laboratório e uma equipa de nove agentes, que trabalham principalmente com espécies de baixo nível trófico (invertebrados), integrados num projeto com as Canárias. Acrescentou que o Centro de Maricultura também investiga sobre ingredientes sustentáveis para a alimentação das espécies produzidas em aquacultura, como por exemplo a produção de farinhas à base de insetos. Relativamente aos Açores, informou da existência do centro Okeanos, onde existe um laboratório sobre o estudo de invertebrados e os programas de investigação e desenvolvimento incidem sobre espécies com baixo nível trófico, também colaboram com as Canárias, tal como a Madeira. Nas Antilhas Francesas o centro de investigação encontra-se na costa Atlântica da Martinica, e tem uma incubadora experimental, bacias de

reprodução, zonas de criação e de engorda no mar, empregando quatro pessoas. Os trabalhos desenvolvidos neste centro centram-se na espécie «*Ombrine Ocellée*», que ainda é produzida nas Antilhas Francesas, e existe na Reunião e em Maiote, há mais de dez anos. Este trabalho levou ao domínio completo sobre o ciclo de produção de umbrina, através de *stocks* fechados de reprodutores. Atualmente o IFREMER fornece apoio directo à produção através da manutenção de um stock de reprodutores mas considera que deveria haver uma transferência de gestão de produtores para um centro técnico que espera que seja constituído em 2025. Referiu a tendência de direccionar a investigação à produção de espécies nativas das Caraíbas, através de um projeto chamado “*DREAM Antllies*”, que permitirá escolher duas espécies locais para poderem ser exploradas em termos de aquacultura. Outro programa do *IFREMER Antilles* é o “*Tsunami*”: tecnologia de novas estruturas para uma aquacultura submersível no mar, em contexto ciclónico. Este sistema pode ser melhorado, equipando jaulas com sensores e segundo um modelo de reação. Outro tema de investigação importante para determinar locais para produção aquícola e o meio ambiente estava relacionado com o projeto “*Capamayotte*” e o projeto “*Mocaa*” (Modelização da capacidade de assimilação do ambiente para uma aquacultura sustentável), estes representam uma reflexão sobre o impacto e o futuro das rejeições de partículas à volta das explorações e o impacto das mesmas sobre o ambiente, para poderem chegar a um modelo e à construção de ferramentas que não existem e que permitam às administrações acelerar os processos de concessão de autorizações. Informou que outro dos temas de pesquisa era a plasticidade ambiental das espécies aquícolas e a sua ligação com as mudanças climáticas. Referiu que foram feitas reflexões para tentar responder melhor às necessidades e ter uma investigação mais eficiente, com o objetivo de reforçar as partilhas de experiências, melhorando a relação entre produção e investigação. Considerou que o CCRUP talvez pudesse ajudar nesse sentido, criando uma rede de aquacultura nas RUPs, ferramentas de financiamento, procedimentos simplificados. Outro fator importante, seria a criação de centros técnicos e tentar obter ajuda da Europa incentivando a Comissão a lançar apelos a projetos de interesse inter-RUP em resposta às solicitações dos profissionais.

O Sr. Gualberto Rita (Federação das Pescas dos Açores) destacou o facto de a aquacultura nos Açores ser muito recente (cerca de cinco anos) e ainda existirem muitas dúvidas em relação a esta atividade. Quanto ao impacto ambiental, a Madeira quase triplicou a sua produção e está, atualmente, a ter uma grande contestação por parte dos ambientalistas e pela sociedade civil,

pelos possíveis efeitos que estas produções possam estar a causar nos mares da Madeira e por terem optado por espécies não nativas (dourada (*Sparus aurata*) e robalo (*Dicentrarchus labrax*)). No caso dos Açores, houve cuidado com o local onde implementar as áreas de aquacultura e com as espécies. Colocou a questão se os pescadores não teriam receio da competição com as espécies que já capturam, em termos de mercado. Pediu esclarecimentos sobre se o processo da aquacultura nas RUPs teve o parecer dos pescadores no projeto. No caso dos Açores, o Governo teve o cuidado de envolver a Universidade dos Açores e uma associação de pescadores.

O Sr. François Herman referiu que em relação às espécies nativas no programa que decorre na Martinica, os aquicultores participaram na definição dos critérios (para não entrar em competição com os pescadores)². Afirmou que os aquicultores têm de explicar aos pescadores que a sua atividade é complementar à da pesca. Referiu que no futuro seria mais interessante trabalhar com espécies nativas. A chave do êxito de um projeto de aquacultura, é o lugar de implementação, pois, se não estiver adaptado, não funcionará. Salientou estar a tentar criar uma rede ultramarina onde as outras regiões possam tirar benefícios. Nas Canárias existem projetos de aquacultura em funcionamento há mais de cinquenta anos, sendo possível analisar o impacto que estão a ter. Na Guadalupe tem havido uma grande resistência contra o desenvolvimento da aquacultura devido a preocupações com os riscos ambientais, mas até hoje não se detetou poluição ao redor das produções.

O Sr. Gualberto Rita pediu esclarecimentos sobre o que o Sr. François Herman entende por rejeições e se caso a produção fosse em maior escala, não teria um grande impacto ambiental.

O Sr. Herman explicou que as rejeições estão relacionadas com a matéria orgânica resultante da produção aquícola. No decorrer da produção, era necessário alimentar os peixes e fornecer proteínas e, como em qualquer criação, a digestão resulta na libertação de resíduos sólidos e solúveis para o ambiente. Num contexto de ambiente anfitrião mal escolhido, estas descargas podem levar a uma degradação da qualidade do ambiente circundante. Com as novas raças as rejeições seriam menores. Mencionou que os peixes podem morrer pelo excesso de amoníaco. Salientou que outro risco era o escape de espécies aquícolas não nativas e podem tornar-se invasoras, como por exemplo os lagostins.

² Após revisão da ata, o Sr. François Herman clarificou: critérios de selecção de espécies que possam ser de interesse. Um dos primeiros critérios foi não produzir uma espécie já desembarcada pela pesca local

O Sr. Rui Catarino (*International Council for the Exploration of the Sea - ICES*), começou por referir que no ICES, dentro do programa de ciência existem dez grupos de trabalho diferentes de aquacultura, que vão desde a aplicação de genética ao desenvolvimento e fórmulas de cálculo de capacidades de carga para diferentes espécies e áreas, fórmulas para avaliar o risco e impactos ambientais e interações entre a aquacultura e os ecossistemas, um grupo virado para a economia e as interações humanas. São grupos que se reúnem anualmente, com o intuito de resolver problemas, publicam e as suas conclusões e desenvolvimentos constam nos relatórios. Na Europa do Norte a aquacultura é um negócio muito sério, são entidades privadas que não revelam as suas fórmulas de alimentação, as capacidades de carga, as densidades, o que dão aos peixes a nível de antibióticos ou tratamento de doenças, existem parasitas que passam para as espécies selvagens e muitos dos problemas devem-se à densidade nas áreas de aquacultura. Salientou que toda a informação pode ser consultada no site do ICES e que todos os grupos de trabalho se podem juntar aos grupos do ICES.

O Sr. François Herman referiu alguns países nórdicos como a Noruega, que por não serem membros da União Europeia não estão sujeitos às mesmas normas de produção, nem têm as mesmas obrigações. As RUPs têm muitos regulamentos que têm de ser respeitados. A pesca vai continuar, mas os stocks têm de ser bem geridos. A Comissão Europeia está a fomentar uma aquacultura sustentável, mas terão de ser conscientes dos riscos, mas também fatores que constituem grandes obstáculos ao desenvolvimento.

O Sr. Pedro Melo (Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores) referiu que a alimentação humana, devido à explosão demográfica, será um problema futuro e que a aquacultura será um bem necessário. Salientou desconhecer o conceito de «aquacultura artesanal» e que este tipo de aquacultura podia não conseguir ter um suporte económico viável. Comentou que muitos locais de comercialização não informam se o pescado é de aquacultura. Salientou a importância de o consumidor ter informações e haver transparência, para que possa ser convencido que o produto de aquacultura é viável, evitando que com base no princípio de precaução, o consumidor evite a compra de produtos de aquacultura. Questionou se a aquacultura teria de ser extensiva para ser economicamente viável.

O Sr. François Herman indicou que a aquacultura extensiva precisa de espaço e que a produção extensiva no mar não é viável devido aos elevados custos de investimento, que não podem ser amortizados num contexto de produção extensiva. Deveria existir informação e

transparência não só sobre os produtos, mas também sobre as condições de produção de pescado importado de países terceiros. Comentou ser difícil de haver uma aquacultura local competitiva tendo em conta o *dumping* social, ambiental e económico, praticado por países terceiros. Esclareceu que não se referia a uma aquacultura artesanal, mas sim «familiar», que está relacionada com a estrutura, onde não existem salários ou técnicos, que é complementaridade com outras atividade, uma aquacultura semelhante à do Vietname. A escolha do local de produção é primordial e a qualidade das espécies está relacionada com as condições de trabalho. Concordou com o Sr. Pedro Melo relativamente à importância da transparência.

O Sr. David Pávon (*Federación Regional de Cofradia de Pescadores de Canárias*) que referiu existirem muitos mitos que parecem querer confrontar o setor das pescas com o setor da aquacultura. Muitos pescadores consideram que a aquacultura é concorrência, mas que, na sua opinião, é possível encontrar uma solução equilibrada.

O Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores) afirmou ter conhecimento da aquacultura nos Açores como integração no setor pesqueiro não fazendo concorrência, mas complementando. Sugeriu o desenvolvimento de parcerias com a atividade. Na sua opinião, o futuro passará pela criação de áreas de aquacultura para motivar os jovens para esta atividade.

O Sr. Rui Catarino referiu que atualmente a produção de aquacultura mundial supera as capturas de pesca (há cerca de seis anos). Salientou estar-se a caminho da pesca ser um complemento da aquacultura e não o contrário, em que o peixe selvagem será visto como um produto *gourmet* pelo preço e pelo que a população pensa sobre o produto.

O Sr. Pedro Melo afirmou que, por vezes, já lhe é referido que o peixe está muito caro. Ao que ele responde que ainda será mais caro dada a sua raridade.

3. Outros assuntos

O Sr. François Herman sugeriu que fossem dadas ideias para um plano de trabalho para o ano seguinte, o que teria de ser feito até ao dia vinte e seis. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, foi dada por terminada a reunião.

Conclusões/Recomendações

Os pontos de agenda foram cumpridos. N/D